

DESPACHO Nº 2, DE 25 DE JANEIRO DE 1999

Assunto: Processo FUNAI/BSB/3437/81. Referência: Terra Indígena FORTALEZA DO PATAUÁ. Interessado: Grupo Indígena Apurinã. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

DOCUMENTAÇÃO

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: Dou Sr 1

Data: 01-02-99 Pg 15 de 16

Class: APD 00102

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1575/92, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga Eliane da Silva e Souza, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena FORTALEZA DO PATAUÁ de ocupação do respectivo grupo tribal Apurinã, com superfície e perímetro aprovados de 760 hectares e 11 km respectivamente, localizada no município de Manacapuru, Estado do Amazonas.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

OTACILIO ANTUNES

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA FORTALEZA DO PATAUÁ

Referência: Processo FUNAI/BSB/1575/92. Denominação: Terra Indígena Fortaleza do Patauá. Localização: Município de Manacapuru, Estado do Amazonas. Superfície: 760 ha. Perímetro: 11 km. Sociedade Indígena: Apurinã. População: 22 pessoas (1993). Identificação e delimitação: Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 1134, de 12 de novembro de 1993, coordenado pelo antropóloga Silvia Regina Brogiolo Tafuri.

DADOS GERAIS

Os índios Apurinã autodenominam-se Popengaré e também são conhecidos por Ipurinã, Jupurinã, Hypurinã, Kangitê e Tapurinã. O grupo Apurinã é ocupante tradicional da bacia do rio Purus, afluente direito do baixo curso do rio Solimões. A Terra Indígena Fortaleza do Patauá está situada à margem direita do igarapé Patoá, denominado pelos índios de Patauá, afluente esquerdo do baixo curso do rio Manacapuru que, por sua vez é afluente da margem esquerda do baixo Solimões. O acesso é o terrestre, através da rodovia Manoel Urbano, no trecho entre Manaus e Manacapuru, situada à margem esquerda do rio Solimões, em frente ao rio Manacapuru e o fluvial, partindo da cidade de Manacapuru à Terra Indígena Fortaleza do Patauá, pelos rios e igarapés citados.

Durante o período compreendido entre o início da colonização efetiva da Amazônia no século XVII, até o povoamento sistemático do Purus, a partir de meados do século XIX, dois marcos históricos determinaram o desencadeamento do processo de contato entre os grupos indígenas e a frente extrativista, compondo as relações interétnicas na região amazônica. A instalação de missões religiosas, constituindo aldeamentos formados por índios de diversas nações, arregimentados como mão-de-obra, juntamente com escravos africanos, dedicados à produção de alimentos e à exploração comercial - extração de produtos da floresta, caça e pesca - em parte destinada à exportação.

Por volta de 1770, a exploração comercial do Purus intensificou-se. Da região eram extraídos bálsamos medicinais, provisão de peixes e tartarugas. Já então, a demarcação definitiva dos reais limites do território encontrava-se concluída, resultado do trabalho das Comissões de Reconhecimento e Estudos do rio Purus, designadas a partir de 1751, ainda que seu curso não fosse de todo conhecido. Até meados do século XIX, a bacia do Purus era habitada por vários povos indígenas, dentre eles o Paumari (Purupuru) e o Múra, então mais conhecidos. Entre 1843 e 1847, em viagem pelo Amázonas, o explorador Castelnau levantou novas informações sobre o rio Purus, relativos à presença dos índios Múra na foz do rio Abufari; dos Cipó na foz do rio Tapauá; mais acima, dos Katukina; passando a foz dos rios Ituxi e Sepatini, dos Apurinã, dos Paumari e dos Yubéri; dos Katawixi no rio Mamoriá; no Pauini, dos Apurinã, Sewaru, Yamamadí, Taboca e Ayapu.

Em 1845, a idéia do estabelecimento de missões religiosas que facilitassem o arrebanhamento compulsivo da mão-de-obra indígena do rio Purus tomou corpo. À época, todas as informações conhecidas sobre o Purus e seus afluentes eram creditadas a Manoel Urbano da Encarnação, comerciante de drogas do sertão que já havia percorrido esse rio, de seu alto curso até a desembocadura do rio Pauini, seu afluente direito, mantendo contato com dois principais grupos indígenas da bacia do Purus: Apurinã e Yamamadí.

Entretanto, foi somente a partir das expedições exploratórias organizadas pelo Governo Provincial às cabeceiras do Purus, e de verificação quanto à existência de ligação entre este rio e o Madeira é que surgiram informações mais detalhadas sobre o Purus e seus habitantes. A pretensão de viabilizar rota segura e livre das cachoeiras em seu alto curso, objetivava a integração econômica entre Amazonas, Mato Grosso e Bolívia. Para tanto, foram enviadas três expedições: a primeira, comandada por João Cameté, em 1847, chegou à foz do rio Ituxi. A segunda, em 1851, tendo Manoel Urbano como guia, atingiu trechos não explorados do Purus; e a de 1852, chefiada por Seraphim Salgado, composta por índios e soldados armados, alcançou a boca do rio Iaco. Em 1861, Manoel Urbano, então Encarregado dos Índios, comandou nova expedição ao Purus, objetivando sua exploração e a submissão de seus habitantes. Sua grande influência sobre os índios, especialmente dos grupos Apurinã e Paumari, concorreu para a implantação da empresa seringalista, responsável pela ocupação da região e pelo tratamento imposto àqueles povos.

De acordo com o etnólogo Paul Ehrenreich (1948), a designação Apurinã viria dos Katawixi, seus vizinhos orientais, cujo nome verdadeiro acreditava ser Kangiti, que significa tão somente gente. O fato é que o nome Apurinã foi consagrado entre a população regional. Quando de sua visita ao Purus, em 1888, Ehrenreich descreveu a tribo Apurinã, maioria dentre a população indígena daquela região, dividida em "numerosas hordas pequenas" ou comunidades de aldeia, constituídas de grupos familiares que não mantinham relações entre si. Os grupos locais Apurinã, formados de parentelas extensas, eram unidades sociais autônomas, empenhadas em guerras incessantes entre si e, eventualmente, contra tribos inimigas. A forma de contato entre os Apurinã, tradicionais habitantes das terras firmes dos rios afluentes e igarapés do Purus e a frente extrativista não criou mecanismos favoráveis à sua integração como grupo, mas sempre como unidade produtiva de interesse para os seringais e regatões. O baixo preço alcançado pela borracha e a desarticulação da empresa seringalista resultaram no aumento do valor das mercadorias aviadas, criando situação insustentável para os Apurinã.

Na descida do rio Purus, alguns grupos domésticos assentaram-se nos igarapés São João e Tauamirim e na boca do rio Tapauá; espalhando-se rio abaixo, pelo sacado de Santa Luzia, e pelo igarapé Joari, alcançando o município de Manacapuru, outros grupos familiares fixaram-se nos igarapés Mundurucus, Carioca e Patoá.

**HABITAÇÃO PERMANENTE**

A Terra Indígena Fortaleza do Pataú possui uma única aldeia denominada Fortaleza, localizada à margem direita do igarapé Patoá, onde encontram-se aldeados em caráter permanente há pelo menos 70 anos. Os Apurinã da aldeia Fortaleza constituem três grupos domésticos, somando 22 indivíduos distribuídos em três casas. Utilizam a língua materna apenas na aldeia ou com parentes que moram em Manacapuru. Falam bem o português, têm boa compreensão da língua e vocabulário. Apresentam tendência à residência virilocal, quando as mulheres mudam-se para as aldeias de seus maridos. Como resultado, tem-se um grupo local composto por homens de certa metade, unidos por laços de parentesco, e mulheres da metade oposta, de diferentes aldeias; pela regra de patrilinearidade, as crianças pertencerão à metade local. A importância do sistema dual para a reprodução do próprio grupo indígena, é evidenciada através da prática atual de incorporação de não-índios (cariús), em casamentos mistos: o não-índio adotará a metade oposta a da mulher com quem se casar, os filhos pertencerão à metade do pai.

Os Apurinã, de um modo geral, vivem em pequenos grupos domésticos, pouco numerosos, distribuídos em diversas terras indígenas localizadas ao longo do rio Purus. O grupo indígena do igarapé Pataú é formado por famílias nucleares, ligadas entre si por laços de consangüinidade e de afinidade. As casas Apurinã mantêm semelhança com o modelo original, com esteios de madeira, cobertura e paredes de paxiúba, piso de madeira afastado do chão, em função das inundações, comuns durante a estação das águas. As cozinhas, separadas das casas de moradia, obedecem o mesmo estilo, mas não têm paredes. Nelas podem ser vistas panelas, caldeirões, canecas e talheres de alumínio misturados aos cestos, peneiras, abanos e colheres de pau, confeccionadas pelas mulheres do grupo indígena.

De acordo com os índios, a determinação do local de assentamento da aldeia Fortaleza considerou a formação de terras altas, protegidas das inundações, comuns durante o período de inverno; a existência de terreno fértil próximo ao aldeamento é próprio para a localização de suas roças; a facilidade para o abastecimento de água; o acesso fluvial, para locomoção e saída para o rio Purus; proteção e segurança contra intrusões inesperadas, permitindo ampla visão do igarapé Pataú; facilidade de acesso aos reservatórios de alimento; ampla ventilação e menor incidência de insetos.

Os Apurinã não mantêm relações estreitas com outros subgrupos Apurinã, localizados no baixo curso do rio Purus dadas as grandes distâncias que os separam e a ausência de condições materiais que permitam deslocamentos de tão longa duração. Possuem parentes na Terra Indígena Jatuarana, localizada quase na foz do igarapé Mundurucus, afluente esquerdo do baixo curso do rio Manacapuru.

**ATIVIDADES PRODUTIVAS**

A subsistência destes índios está assentada sobre diversas atividades produtivas: agricultura, caça, pesca, coleta e extrativismo. A agricultura representa importante atividade econômica, tanto para subsistência, como para gerar produtos para o mercado externo. Agricultores por excelência, os Apurinã ocupam terreno fértil, propício às práticas agrícolas, compondo-se de terra firme, matas de galeria não alagáveis e várzeas. Plantam grandes roças familiares de mandioca, macaxeira, milho comum e fofo, cará, inhame, batata doce, abóbora, feijão, cacau, pimenta, jurucu, tabaco, algodão, mamão, espécies de banana, abacaxi, goiaba, manga, abacate, limão, ingá, melancia, pupunha e cabaça.

As roças de mandioca, destinam-se à fabricação de grande quantidade de farinha, para consumo interno e externo. O excedente é trocado com regatões por redes, mosquiteiros, querosene, sal, remédios, pilhas. A

princípio, os roçados são abertos ao redor da aldeia. Da massa da mandioca, da macaxeira e de algumas espécies de milho, as mulheres Apurinã fazem farinha, bolos e beijos; da mandioca e do milho, preparam bebidas fermentadas (caipuma), ingeridas em festas e rituais. O tabaco é usado sob a forma de rapé, misturado às cinzas da entrecasca de determinada árvore. As roças, cada uma com 2 ha, aproximadamente, tem seu ápice produtivo durante 2 a 3 anos, com rodízio para recomposição vegetal. Após esse período, continuam a fornecer produtos cultivados durante vários anos. Enquanto a terra descansa, novas roças são formadas, sempre ao redor da aldeia, porém mais distantes dela a cada ano. As antigas capoeiras são visitadas com frequência, em busca da produção remanescente. As roças velhas produzem grande variedade de plantas, em função do reflorestamento natural. Essas plantas fornecem alimentos; medicamentos; alimento para aves; iscas para peixes; matérias-primas para construção e utilitários; fibras; tintas; óleos; entre outros. As roças de várzea limitam-se às culturas sazonais: feijão, melancia e milho.

A caça é uma atividade eminentemente masculina e muito valorizada pelos Apurinã. Povo de tradição guerreira, incorporou muitas das táticas utilizadas anteriormente na guerra contra outros povos, em atividades de caça. Além do abate ocasional de algum animal, durante a realização de outras atividades produtivas, há ocasiões em que a caçada assume caráter centralizador no que se refere à obtenção de proteína animal, com expedições organizadas para esse fim. As caçadas são realizadas preferencialmente na floresta densa, nas matas de galeria dos igarapés Patoá e Traíra e nas cabeceiras do igarapé Traíra, onde a caça é mais abundante, bem como nas terras ilhadas, durante o inverno. Praticada durante todo o período de inverno, durante a noite, os Apurinã rastreiam as margens dos igarapés Patoá e Traíra, para abater os animais que se encontram nas matas de galeria, alimentando-se de frutos e consumindo água: antas, caititus, pacas, veados, capivaras, porcos do mato e aves.

O peixe é item fundamental na dieta dos Apurinã, por ser, juntamente com a carne de caça, importante fonte de proteína animal. Os índios desenvolvem essa prática através do reconhecimento de diferentes ambientes e das variações do ciclo das águas, condicionado às mudanças ecológicas dos ambientes aquáticos, como a disponibilidade sazonal dos frutos nas matas de igapó e migrações alimentares/reprodutivas dos peixes. Os ambientes próprios para as práticas pesqueiras são: igarapés, matas de igapó, praias e poços.

A coleta vegetal é realizada ao longo do ano, embora durante o período de inverno haja maior disponibilidade de frutos e está mais relacionada às mulheres. No universo masculino, a coleta é a atividade complementar às expedições regulares de caça e pesca. Dos frutos silvestres, os Apurinã dispõem dos produtivos palmeiras, muitos dos quais são transformados em vinhos. Eventualmente, os índios vendem esses produtos, aos cachos ou ramas, para regatões, regionais das vizinhanças e na feira da cidade de Manacapuru. Os frutos de árvores, existentes nas matas de igapó, são ótimas iscas para peixes, cuja disponibilidade sazonal tem estreita relação com as migrações alimentares e reprodutivas dos peixes, durante o período de inverno.

A coleta de folhas, fibras, cipós e caules destina-se à feitura de telhados, utilitários diversos, jiraus, armas, instrumentos e ferramentas. Sementes, raízes, ervas, cipós e cocos são utilizados para preparo de remédios e alquímias. Quanto à coleta de insetos, as espécies são identificadas como recurso alimentar, através do consumo do mel e de larvas, dos quais fazem uso medicinal. Os ovos de tracajá, muito apreciados, são encontrados nas praias dos igarapés durante o verão, e sua coleta é objeto de acirrada disputa entre índios e não-índios.

Os sorveiras localizam-se nas matas de galeria, na cabeceira do igarapé Traíra, que limita esta terra Apurinã a leste, em pequenas concentrações e sua exploração não é comercial. Seus frutos são alimento de mamíferos e peixes. Os índios extraem óleo das copaibeiras e essências das árvores de pau-rosa, ambos para uso medicinal. A extração da madeira ocorre para a construção de casas, portos, utilitários, canoas e remos. Os Apurinã se queixam da invasão de regionais, que cortam e roubam toras de madeira, de lei e comuns, dentro dos limites de seu território.

Os Apurinã de Fortaleza do Pataú ainda vendem parte de sua produção para alguns dos estabelecimentos comerciais de Manacapuru. Vendem pães de farinha de mandioca e o excedente agrícola, a exemplo da macaxeira, abóbora, pimentã, melancia, banana e frutos silvestres para o comércio informal, um tipo de feira dos pequenos produtores agrícolas. O comércio de peças utilitárias é feito diretamente aos regionais das vizinhanças ou através de encomenda, na cidade de Manacapuru. As peças, vendidas em quiosques, são variadas: peneiras, abanos, vassouras, paneiros, tipitis e cestos de diversos tamanhos e finalidades. No que respeita às relações destes índios com a sociedade nacional, predominam as comerciais.

500

Pg 16 de 17

#### MEIO AMBIENTE

A sub-região da bacia do rio Manacapuru, afluente esquerdo do baixo curso do rio Solimões, onde predomina a floresta tropical pluvial é caracterizada por dossel fechado e compacto, sobressaindo árvores com altura entre 25 e 35 metros. O solo é ácido e argiloso; profundo, propício ao desenvolvimento de espécies arbóreas de grande porte; de textura friável; permeável; e de baixa fertilidade. O clima é quente e úmido, com temperaturas elevadas, entre 26° a 33° e com alta pluviosidade, aquela região apresenta cobertura vegetal exuberante, de relevo plano e razoável rede hidrográfica, refletindo a conjugação de fatores climáticos favoráveis ao desenvolvimento de atividades biológicas, como a abundância de luz, de água e de calor.

A Terra Indígena Fortaleza do Pataú compreende amostras representativas dos ecossistemas predominantes na região: floresta densa, matas de galeria e de igapó, várzeas e igarapés. As variações dos ciclos pluviométricos e fluviométricos estão relacionadas aos ciclos ecológicos daquela região, definidos como verão (estiagem) e inverno (chuvas), como a dinâmica das matas de igapó, em suas fases seca e alagada; os processos biológicos das espécies, especialmente seus períodos de frutificação; as relações trópicas entre as fruteiras e as diversas espécies de animais e seus hábitos de migração e reprodução. Os Apurinã cultivam a terra sem prejuízo do ecossistema, empregando técnicas de manejo do solo e fomentando a diversidade de recursos renováveis, peculiares àquela região.

As práticas pesqueiras são realizadas em toda a malha hídrica desta terra Apurinã, condicionadas às mudanças ecológicas dos ambientes aquáticos. Durante o verão, os cardumes deixam as matas de igapó e se dispersam pelos igarapés Patoá e Traíra, concentrando-se nos poços. No inverno, quando ocorre a piracema, os cardumes migram para as matas de igapó, para reprodução, onde são encontradas árvores submersas. As atividades de coleta ocorrem durante o ano todo, mas durante o período de inverno há uma maior disponibilidade de recursos, tanto vegetais como animais. Tais atividades requerem a utilização do grande número de ambientes: centro da floresta, matas de galeria dos igarapés Traíra e Patoá e de matas de igapó, considerando ainda suas interfaces com as atividades de caça e pesca.

#### REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

A figura do chefe, tradicionalmente secundária na vida dos Apurinã, ganhou contornos mais nítidos na atualidade. Credita-se a ascensão dos "tuxáuas" às contradições geradas dentro da sociedade Apurinã, no decorrer dos confrontos com a sociedade nacional. Algumas circunstâncias que propiciaram a reorganização política do grupo indígena, podem ser assinaladas: a) a necessidade que as frentes pioneiras, missões religiosas, agências governamentais, comerciantes, tinham da existência de um "cacique" dos índios para tornar possível o controle do grupo indígena; b) a estratégia indígena em articular suas forças, permitindo maior resistência às investidas das frentes expansionistas.

A preservação cultural entre os Apurinã ainda é marcante. Quanto ao sistema de nomenclatura, a sociedade Apurinã tem o costume de passar aos seus filhos os nomes de parentes já mortos, provavelmente para garantir a eles um lugar na memória social. Em relação às festas e rituais, Ehreñerich observou dois tipos de rituais: a dança de animais, como a cegonha (Yabaru) e o tucano (Xingané), quando os dançarinos tinham nas mãos figuras talhadas em madeira e imitavam os passos daquelas aves; e a festa de Kamutxi, na qual eram tocadas as flautas sagradas. Atualmente, as festas Apurinã são designadas, de modo geral, pelo termo Xingané. Não adotaram religiões estranhas à sua cultura; não frequentam igrejas ou templos na cidade de Manacapuru; não recebem visitas de padres ou pastores, nem mesmo de missionários do CIMI ou outra entidade de apoio.

#### CONCLUSÃO E PROPOSTA DE LIMITES

Os Apurinã ocupam de forma permanente e efetiva a Terra Indígena Fortaleza do Pataú, da qual retiram sua subsistência e vivem de acordo com seus usos, costumes e tradições. A proposta ora apresentada, baseia-se

em estudos efetuados em campo e conta com a anuência dos índios. O grupo técnico não constatou a incidência de ocupantes não-índios dentro dos limites da área que foi confirmado pelo levantamento cartorial.

O Grupo Técnico propõe a definição dos limites da Terra Indígena Fortaleza do Pataú localizada à margem direita do igarapé Pataú, afluente esquerdo do baixo curso do rio Manacapuru, com superfície de 760 ha e perímetro 11 km, conforme mapa de delimitação e memorial descritivo a seguir.

A proposta de limites preenche os requisitos constitucionais para que a Terra Indígena Fortaleza do Pataú seja definitivamente reconhecida como de ocupação contínua e tradicional do povo Apurinã, que nela tem habitação permanente e dela se utiliza para atividades produtivas e de subsistência, constituindo-se espaço imprescindível à preservação física e cultural desta sociedade indígena.

ELIANE DA SILVA SOUZA



Memorial Descritivo de Delimitação  
Denominação  
Terra Indígena FORTALEZA DO PATAUÁ  
Aldeias Integrantes  
Fortaleza  
Grupo Indígena  
Apurinã  
Localização

DELIMITAÇÃO

PROG. AMBIENTAL

Fonte: **DOU**

Data: **04-02-99** Pg. **17**

Class.: **APD197**

Município: Manacapuru

Estado: Amazonas

Administração Executiva Regional: Manaus

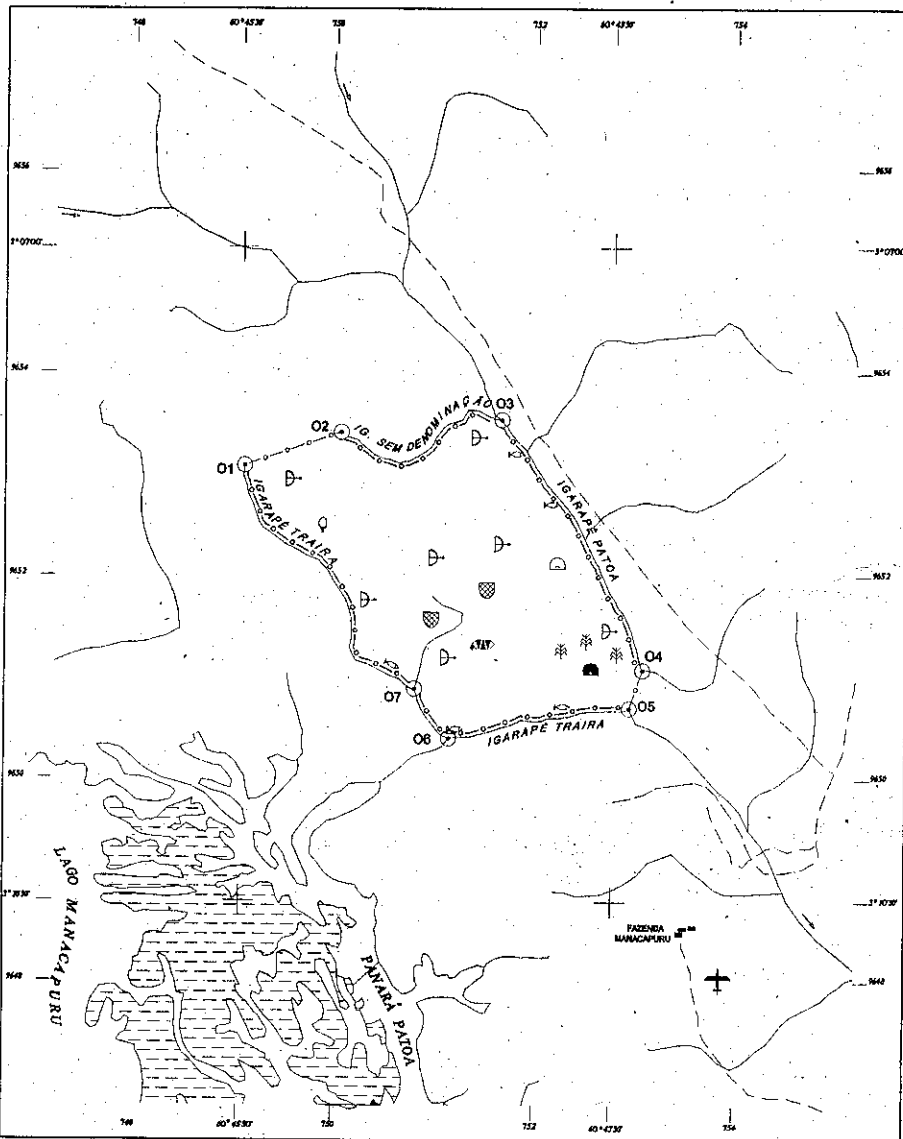
Extremos	Coordenadas dos Extremos	
	Latitude	Longitude
Norte :	03°07'55" S	60°44'08" Wgr.
Leste :	03°09'15" S	60°43'22" Wgr.
Sul :	03°09'38" S	60°44'25" Wgr.
Oeste :	03°08'10" S	60°45'31" Wgr.

Nomenclatura	Base Cartográfica		Órgão	Ano
	Escala	Dimensões		
SA.20-Z-D-II	1:100.000		D S G	1980

Superfície: 760 ha. (setecentos e sessenta hectares), aproximadamente  
Perímetro: 11 km. (onze quilômetros), aproximadamente

Descrição do Perímetro

NORTE: partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 03°08'10" S e 60°45'31" Wgr, localizado na cabeceira do Igarapé Traira, segue por uma linha reta até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 03°08'00" S e 60°45'00" Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por esta, a jusante, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 03°07'55" S e 60°44'08" Wgr., localizado na confluência com o Igarapé Patoá. LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Patoá, a jusante, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 03°09'15" S e 60°43'22" Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 03°09'28" S e 60°43'27" Wgr., localizado às margens do Igarapé Traira. SUL/OESTE: do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Traira, a montante, até o Ponto 01, início desta descrição. Responsável técnico pela identificação dos limites: Adelfino de Souza - Técnico em Agrimensura.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PUNTO DE DIVISA
- ALDEIA INDÍGENA
- CAMINHO E DIREÇÃO DO ERODAMENTO
- CURSO D'ÁGUA
- ALAGADO E CONSTRUÇÃO
- COLETA E MAT. DE ARTEZANATO
- CAÇA E PESCA
- ROÇA E CAMPO DE POUZO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
DENOMINAÇÃO: <b>TERRA INDÍGENA FORTALEZA DO PATAUÁ</b>		PLANTA DE: <b>DELIMITAÇÃO</b>	
MUNICÍPIO: <b>MANACAPURU</b>	ESTADO: <b>AMAZONAS</b>	SUPERFÍCIE APROX.: <b>760 ha</b>	PERÍMETRO APROX.: <b>11 Km</b>
ESCALA: <b>1/50.000</b>	DATA: <b>28/12/93</b>	PROGNO: <b>MS-077</b>	BASE CARTOGRÁFICA: <b>MS-077</b>
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: <b>SILVA REGINA A. TAPURÉ</b> ENGENHEIRA AGRIMENSORA RTP/DAF/DE-100	RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: <b>ADELFINO DE SOUZA</b> TÉCNICO EM AGRIMENSURA TEL. MANACAPURU - DED/DAF	VERBO CHEFE DO DED: <i>[Assinatura]</i>	PORTUGAL/PLANN <b>Nº 1083/03</b>